



# SINOPSE SINTIUS

Informativo diário do Sindicato dos Urbanitários

## 19/07/2022



Disponível em nosso site: <https://sintius.org.br>

### **Defasagem no Imposto de Renda faz quem ganha menos pagar quase 2.000% a mais**

A falta de correção da tabela do Imposto de Renda (IR) combinada com o aumento da inflação no Brasil tem gerado um aumento histórico da tributação sobre a população com menor poder aquisitivo.

Essa é a conclusão tirada de um estudo feito pelo Sindifisco Nacional, que representa os auditores-fiscais da Receita Federal.

De acordo com uma simulação feita pela entidade, uma pessoa que recebe R\$ 5.000, após deduções, paga atualmente R\$ 505,64 de IR. Se toda a defasagem da tabela fosse corrigida, esse valor cairia para R\$ 24,73 — uma diferença de quase 2.000%.

Em caso de reajuste, apenas pessoas que ganham acima de R\$ 4.670,23 ficariam obrigadas a pagar IR. Isso significa que mais 12,75 milhões de brasileiros estariam isentos do pagamento, chegando a 23,84 milhões ao todo. Hoje, a isenção é dada ao trabalhador que ganha até R\$ 1.903,98.

"Não corrigir a tabela é uma forma de aumentar o imposto para essa numerosa parcela da população que, além de arcar com o IR, precisa também lidar com os tributos indiretos, que incidem sobre o consumo", disse presidente do Sindifisco Nacional, Isac Falcão.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, terça-feira 19 de julho.

### **Defasagem na tabela do IR preocupa sindicalista em negociação salarial**

A defasagem na tabela do IR preocupa sindicalistas envolvidos nas negociações salariais deste ano. Eles insistem que a meta é conseguir reposição da inflação mais o aumento real. Porém, depois dos reajustes, o desconto do tributo pode ficar maior.

A tendência de solução para o desequilíbrio deve aparecer nas campanhas salariais de sindicatos como dos bancários e metalúrgicos, que começam neste segundo semestre e, historicamente, puxam as demais categorias.

Mesmo elevando o valor do abatimento do IR e correndo o risco de enfraquecer o ganho no salário, sindicalistas dizem que a prioridade vai ser o aumento real. A alternativa levantada por alguns seria compensar com outros benefícios como o aumento de PLR (participação nos lucros e resultados), vale-alimentação e outros.

"Sem o reajuste, estaríamos punindo o trabalhador de novo", afirma Juvandia Moreira, presidente da Contraf-CUT (confederação dos trabalhadores do ramo financeiro). Para Erick Silva, o debate sobre a correção da tabela do IR vai ficar apenas para o próximo ano.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, terça-feira 19 de julho.

### **Inflação acumulada desde o Plano Real chega a 653%**

Desde o lançamento do Plano Real, em julho de 1994, a inflação acumulada no país alcançou a marca de 653%, segundo levantamento do economista Bruno Imaizumi, da LCA Consultores, que considera a variação do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo).

Com a corrosão do poder de compra provocado pela inflação ao longo desses 28 anos, a nota de R\$ 100 compra hoje o mesmo que seria possível comprar com R\$ 13,91 em 1994, descontada a inflação.

Ainda segundo o economista, ao fazer o cálculo inverso, os mesmos R\$ 100, em julho de 2022, corresponderiam a cerca de R\$ 748, em julho de 1994.

No mesmo intervalo, o salário mínimo saiu de R\$ 64,79 para os atuais R\$ 1.212, uma alta de aproximadamente 1.770%.

"Por mais que a gente tenha observado uma escalada dos preços nos últimos 28 anos, de forma geral, o salário mínimo também cresceu nesse período. O problema é que nos últimos dois, três anos, o brasileiro vem perdendo poder de compra dos dois lados, com uma recomposição da renda insuficiente para compensar a alta dos preços de itens básicos, como alimentação e energia", diz o economista da LCA.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, terça-feira 19 de julho.

## 'Deixamos morrer de fome?', rebate Guedes sobre críticas à PEC

O ministro da Economia, Paulo Guedes, voltou a defender nesta segunda-feira (18) a PEC que elevou os benefícios sociais do governo durante o período eleitoral, com o argumento de que a medida é necessária para enfrentar a fome.

Em discurso na posse do novo presidente da CVM (Comissão de Valores Mobiliários), João Pedro Nascimento, ele repetiu também críticas à oposição e à imprensa e voltou a afirmar que o Brasil está "condenado a crescer".

Guedes afirmou que a transferência de renda é a medida correta para enfrentar a fome e as dificuldades financeiras dos brasileiros, citando como exemplo o maior uso de lenha para cozinhar diante dos altos preços do gás de cozinha.

"Se fazemos a transferência de renda, é medida eleitoreira", reclamou. "Então deixamos morrer de fome?"

Ao mesmo tempo em que usou a pobreza para justificar a ampliação dos benefícios, o ministro disse que os indicadores econômicos mostram que a economia brasileira está crescendo. Citou com exemplo a queda do desemprego e revisões positivas para o crescimento do PIB.

A elevada inflação, defendeu, está em tendência de queda. "Não acreditem nas histórias que colocam o Brasil para baixo", afirmou. "As pessoas, por política, sabotam o Brasil".

O ministro repetiu acreditar que, enquanto o mundo entra em um período recessivo, o Brasil terá um ciclo de crescimento, impulsionado por R\$ 800 bilhões em investimentos já contratados pelo setor privado.

A seu favor, afirmou o ministro, o Brasil tem a proximidade com os maiores mercados consumidores e a confiança dos investidores. "A Europa precisa do Brasil para garantia de segurança energética. Europeus, americanos e asiáticos precisam do Brasil para segurança alimentar."

Guedes defendeu também a condução do país pelo governo Jair Bolsonaro (PL), afirmando que o mandato se iniciou com a tragédia ambiental de Brumadinho, passou pela pandemia e agora enfrenta efeitos da Guerra da Ucrânia. "O Brasil teve um desempenho surpreendente para quem não acreditava no Brasil."

Saiba mais em: Folha de São Paulo, terça-feira 19 de julho.

## Pandemia dificulta planejamento do INSS e valor da aposentadoria

O planejamento para a aposentadoria pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) está comprometido pelas incertezas econômicas e sociais resultantes da covid-19.

Segundo especialistas, os altos índices de desemprego, a redução dos salários imposta por programas do Governo Federal e os entraves econômicos podem gerar uma queda brusca no número de contribuições para a Previdência.

A pandemia dificulta o planejamento previdenciário à medida em que há períodos em que ocorre o desemprego involuntário e também situações de redução salarial ou suspensão do contrato de trabalho, quando, respectivamente, haverá contribuição inferior ou nenhuma.

"Estas situações podem prejudicar a contagem de tempo de contribuição do segurado. A legislação previdenciária hoje conta com diversas possibilidades de complementação das contribuições, permitindo a normalização da situação previdenciária dos segurados", afirma o advogado e diretor científico do Ieprev Marco Serau Junior.

O contribuinte facultativo, que não possui renda própria, tem ainda a opção de mudar a sua faixa de contribuição durante a pandemia. "Essa troca não é rentável, uma vez que a redução do valor da contribuição afeta o valor final do benefício. Mas, na atual situação que o país se encontra, é melhor continuar contribuindo mesmo com um valor menor do que ficar sem o pagamento", diz sócio do escritório Stuchi Advogados Ruslan Stuchi.

Para o advogado previdenciário João Badari, devido à pandemia, o Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS) facilitou o acesso a documentos que agora é remoto. "O INSS evoluiu muito o Portal Meu INSS, trazendo facilidade de acesso.

Saiba mais em: A Tribuna, terça-feira 19 de julho.